

7.06.99 - Geografia.

## HIDROTERRITÓRIOS E A LUTA PELA ÁGUA NO MUNICÍPIO DE PIRAMBU-SE

Antony David de Jesus Santos<sup>1\*</sup>; Daniel Almeida da Silva<sup>2</sup>

1. Graduado em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), mestrando pelo Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGEO-UFS)

2. Professor da UFS - Departamento de Geografia/Orientador

### Resumo

A riqueza hídrica proposta pelas características geográficas do município de Pirambu-SE não anula a existência de conflitos acerca do uso da água. Esta pesquisa teve por objetivo identificar e caracterizar os hidroterritórios em Pirambu-SE e os seus impactos socioambientais decorrentes das apropriações das águas. Foram realizados levantamentos bibliográficos, trabalhos de campo e entrevistas telefônicas aos moradores afetados pelas territorializações da água, seguindo os protocolos de biossegurança contra a pandemia do Covid-19. Os conflitos se mostraram como a perpetuação da luta pela existência camponesa, insistência na negação da mercantilização da água e avanço do agronegócio. Tendo em vista tal situação, foi aplicada a metodologia para identificação de hidroterritórios proposta por TORRES (2007), que os setoriza em hidroterritórios privados, livres e de luta. No recorte dessa pesquisa, foram encontrados nove hidroterritórios distribuídos nas três categorias definidas por Torres.

**Palavras-chave:** Água; Conflitos; Apropriação das águas.

**Apoio financeiro:** CNPq

**Trabalho selecionado para a JNIC:** UFS

### Introdução

O hidroterritório é um conceito criado pela necessidade de se pensar a ocupação geopolítica do espaço geográfico a partir das relações de poder exercidas pelos grupos sociais tendo a água como trunfo. Esta é entendida não mais como simples recurso natural disponível “[...] ou simples ‘coisa’, a matéria em si, [...] ela é uma relação cuja conquista faz emergir propriedades necessárias à satisfação de necessidades e como meio para garantir um fim” (RAFFESTIN, 1993, p. 3). O fim, no caso das águas, é seu controle que garante, por consequência, poder e este se manifesta em diversas escalas, tantas quanto os hidroterritórios existirem.

A construção do conceito de hidroterritório está relacionada à presença dos múltiplos territórios e das diversas dimensões e escalas em que se baliza o conceito de território. Torres afirma que os hidroterritórios são territórios demarcados por questões de poder político e/ou cultural oriundas da gestão das águas, assumindo, assim, o papel determinante em sua ocupação. (2007, p. 15)

Esta pesquisa focou na análise social, hídrica e hidroterritorial do município de Pirambu, este é drenado pelas bacias do rio Japarutuba, do rio Sapucaia e a sub-bacia do rio Betume que é tributário do rio São Francisco. Com rios de drenagens intermitentes e perenes, lençol freático próximo à superfície e diversas lagoas e lagunas costeiras, com destaque para lagoa do Sangradouro. Entre as atividades econômicas desenvolvidas no município, destaca-se a pesca, principal atividade, e a agricultura voltada ao cultivo de mandioca, feijão e coco, vale-se salientar os dados do Observatório de Sergipe, 2019, que no ano de 2018, revela que Pirambu produziu 2.941 toneladas de coco, maior parte deles irrigados. Essa dinâmica no uso das terras, provoca a produção do espaço geográfico em consonância com o modo de produção vigente, ocasionando usos e acessos desiguais (BRITO, 2021, p.41), o que culmina na conformação de hidroterritórios. Estas características e dinâmicas no/do território justificam a construção desta pesquisa delimitada pelo objetivo de identificar e caracterizar os hidroterritórios na zona rural de Pirambu-SE e os seus impactos socioambientais decorrentes das apropriações das águas.

### Metodologia

Para a execução da pesquisa em tela, foi seguida a metodologia proposta Torres (2007), voltada para as análises de hidroterritórios, que envolve a reflexão sobre a categoria geográfica território com o uso da água (ou dificuldade de uso) pela população. A autora define hidroterritório como “aqueles territórios demarcados por questões de poder político e/ou cultural oriundas da gestão da água, assumindo assim, o papel determinante em sua ocupação” (p. 14), ou seja, áreas onde a água possui imenso impacto na organização espacial e nos conflitos pelo uso deste elemento, e justifica ao dizer que “no aspecto de formação territorial, o hidroterritório pode assumir dimensões e delimitações múltiplas, a origem e trajetória da água é que vai demarcar seu tamanho e forma” (p. 15). Desse modo, entende-se então a relevância da água para a ocupação e organização do espaço, pois é a partir do espaço que o território é criado, e quando a água é o agente impulsionador para a criação deste território, passa a ser denominado como hidroterritório.

Torres (2007, p. 17) o divide em três categorias levando em consideração o tipo de gestão como critério para essa categorização. Os hidroterritórios são classificados em Privados, de Luta e Livres.

- a) Hidroterritórios Privados: totalmente mercantilizadas, que expressam um valor econômico por quantidades de água, distinto do pagamento de serviço de tratamento e distribuição;
- b) Hidroterritórios de Luta: resistentes à mercantilização e que não reconhecem a água como mercadoria, travando assim uma luta de classe, denotados por questões de exploração econômicas e sociais;
- c) Hidroterritórios Livres: situação em que a política aplicada de gestão da água deve ser de total socialização, tornando-a inalienável e disponível para as gerações futuras. Esses últimos apresentam raízes profundas da cultura, das crenças e costumes, dos que habitam esse território. Ao negar a prática da água mercantilizadora, os aparelhos ideológicos culturais demonstram a autonomia de identidade.

Com a finalidade de adquirir embasamento teórico, foram lidos e fichados, textos que auxiliaram na compreensão do estudo científico em questão, o que permitiu maior entendimento sobre o estado da arte que a pesquisa referencia, dando assim, segurança científica na execução desse trabalho. Além disso, também foram realizadas entrevistas por meio telefônico e trabalhos de campo, com o propósito de realizar uma análise integrada do todo, assim possibilitando a gnose da totalidade do objeto de estudo. Os trabalhos de campo realizados dispuseram da preocupação em seguir os parâmetros de segurança sugeridos pela Organização Mundial da Saúde (OMS), visando frear a disseminação da Covid-19. Estas atividades tiveram como finalidade o reconhecimento da área pesquisada, identificação dos pontos críticos e análise dos condicionantes biofísicos e territoriais, além de permitir a visualização da distribuição dos hidroterritórios no espaço estudado.

## Resultados e Discussão

### Hidroterritórios Privados

No município de Pirambu, foram encontrados quatro hidroterritórios privados situados na zona rural, três voltados a agricultura e um ao turismo. Sendo estes classificados como hidroterritórios da cocoicultura, hidroterritório da cana-de-açúcar e hidroterritório de turismo.

O primeiro hidroterritório da cocoicultura está situado no povoado Aguilhadas, área drenada pela bacia do rio Japarutuba. As nascentes presentes no local estão sendo usadas como fontes de água para a irrigação do cultivo do coco, atividade econômica em crescente destaque na economia local. Outro uso para essas águas é a dessedentação animal. O segundo hidroterritório desta classificação está situado em área drenada pela bacia do rio São Francisco e se encontra em uma propriedade privada cujo proprietário decidiu barrar o rio mangabeira que corta o local com a finalidade de usar a água para a irrigação da cocoicultura desenvolvida na propriedade. Tal ato privatizou a água do rio e afetou o balanço hídrico do mesmo, ocasionando a diminuição da vazão em direção à jusante, o que impactou a comunidade do povoado Água boa, que utilizava da água do corpo hídrico para diversas finalidades.

O hidroterritório da cana-de-açúcar se encontra na Fazenda Papagaios, propriedade que detém uma vasta quantidade de terras e é drenada pela bacia do rio São Francisco. Situada no topo de um tabuleiro costeiro decorrente da Formação Barreiras, o resquício de mata atlântica que vegetava o relevo foi desmatado para dar espaço ao cultivo da cana. No local foi encontrada uma bomba para a retirada de água do rio do Brito, corpo hídrico que corta a fazenda, contudo, não foram encontradas outorgas para tal ação.

O hidroterritório de turismo está situado em área drenada pela bacia costeira do rio Sapucaia, e comercializa a paisagem como atração turística. A territorialização da água neste hidroterritório é causada por um bar que reteu a vazão de um rio através de estruturas de concreto com tubulações que controlam o fluxo de água, com o objetivo de gerar uma lagoa artificial que serve como atrativo para os turistas que visitam a Lagoa Redonda, ponto turístico muito frequentado no município.

As diferentes apropriações das águas para fins financeiros supracitadas legitimam a classificação destes hidroterritórios como privados.

### Hidroterritórios Livres

Foram encontrados dois hidroterritórios livres classificados como hidroterritório comunitário e hidroterritório de socialização.

O hidroterritório comunitário é encontrado no povoado Alagamar, em área de remanescentes quilombolas e é drenado pela bacia do rio São Francisco. Nessa comunidade, a principal atividade econômica é o artesanato desenvolvido com palhas, seguido pela agricultura e a pesca que são atividades realizadas para o próprio consumo, com venda dos excedentes na própria comunidade. O rio do Brito corta o local, porém, a territorialização de suas águas é negada devida a cultura de respeito para com o rio, onde a lavagem de roupas e a pesca são as únicas atividades desenvolvidas no corpo hídrico.

O hidroterritório de socialização está situado no povoado Água boa e é drenado pela bacia do rio São Francisco. O povoado recebe esse nome devido a qualidade da água de um poço artesiano perfurado no local pela gestão do governador João Alves, e sua socialização é completa com pessoas de várias partes do município com os únicos requisitos de que seja para consumo próprio e uso doméstico.

As relações culturais de respeito para com a água e a negação da mercantilização da água existente nesses hidroterritórios os legitimam como livres. Através da conversa no momento da entrevista por meio telefônico, foi possível notar que a relação daqueles moradores com a água exclui totalmente a visão mercantilizadora sobre este elemento, pelo contrário, reconhecem na água a sua importância e o quanto a socialização de um bem natural é necessário.

### Hidroterritórios de Luta

Foram encontrados três hidroterritórios de luta e estes foram classificados como Hidroterritórios de Reforma Agrária. Tais pontos de conflitos são encontrados em áreas de resistência camponesa em assentamentos agrários, empenhados na luta por seus direitos sociais, nos quais se incluem o da água, que agrupam uma série de variáveis que devem garantir a reprodução material e existencial de um ser humano (RIBEIRO, 2008, p. 112).

O primeiro hidroterritório de reforma agrária está situado no assentamento agroextrativista São Sebastião, área drenada pela bacia do rio São Francisco através do rio do Brito. A principal atividade econômica desenvolvida é a agricultura camponesa que é inteiramente dependente do regime pluviométrico, já que as pessoas não dispõem de condições financeiras para a instalação de bombas no rio para a irrigação de suas plantações.

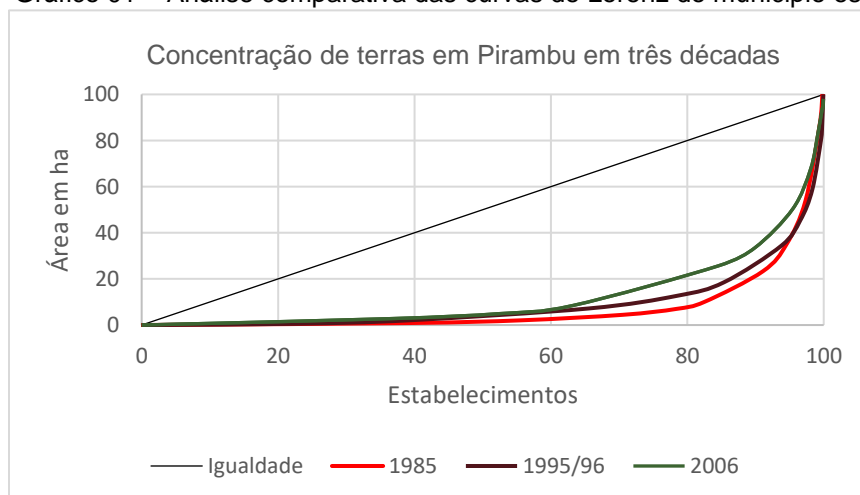
O segundo hidroterritório de reforma agrária se encontra no assentamento Papagaio e abriga 24 famílias. A área é drenada pela bacia do rio São Francisco, e a sua principal atividade econômica é a piscicultura em tanques artificiais. A água para esses tanques é proveniente de barramentos no rio do Brito realizados pelo antigo proprietário do local, contudo, não são apropriadas para consumo, e por não disporem de nenhuma outra fonte de água, os moradores precisam se deslocar até o povoado Estiva dos paus, no município limítrofe de Japoatã, para assim conseguirem água proveniente de um poço artesiano para o consumo. Os moradores relataram que há promessas da Cohidro (Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe) para a escavação de um poço artesiano no local, porém, nada passou de palavras, pois fazem anos que eles esperam a realização dessa obra e nada foi feito além do recolhimento dos nomes dos habitantes.

O terceiro hidroterritório está localizado no assentamento Padre Geraldo, mais conhecido como Sambaíba, que é mister para a compreensão da resistência e luta pela existência dos camponeses. Situado em área de difícil acesso, os moradores desse assentamento não contam com nenhum tipo de infraestrutura que permita a vida com dignidade. Os direitos humanos de existência desses habitantes se resumem a terra conseguida através da ocupação em prol da reforma agrária, tendo em vista que mesmo a água e saneamento básico são para eles dificultada e inexistente, respectivamente. As atividades econômicas das pessoas que residem nessa unidade de assentamento se concentram no policultivo de milho, macaxeira, amendoim, feijão e etc, e na criação de ovelhas, mas não sem dificuldades, tendo em vista que suas atividades agrícolas não dispõem de irrigação, o que os coloca como dependentes do regime de chuvas, assim como os desafios enfrentados em pegar água em olhos d'água do local para a dessedentação animal. A água para consumo desses moradores é proveniente de um poço artesiano presente em uma propriedade privada, a aproximadamente um quilômetro de distância. O assentamento dispõe de um poço artesiano perfurado a pouco tempo por uma parceria entre a Cohidro e a EMDAGRO (Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe), porém, segundo os moradores, a água é de qualidade razoável, dessa forma, optam por buscar água no poço artesiano mais próximo que possui a substância em melhor qualidade

Destarte, estes hidroterritórios foram definidos como de luta diante das situações econômicas e sociais, da luta pela existência camponesa e da negação a mercantilização da natureza, sendo um núcleo de enfrentamento a concentração de terras considerável no município, além de romper com a visão que mercantiliza a natureza ao (re)conhecer o próprio lugar de existência dentro do ecossistema.

Sobre a concentração das terras no município, foi percebido uma redução considerável neste quesito durante três décadas. Essa constatação foi realizada através da análise comparativa dos dados adquiridos nos dados do censo agropecuário do SIDRA/IBGE, que foram transformados em curvas de Lorenz (1905, p. 217).

Gráfico 01 – Análise comparativa das curvas de Lorenz do município estudado.



Fonte: SIDRA/IBGE, Censo Agropecuário de 1985, 1995/96 e 2006.

Outrossim, supõe-se que tal ocorrência seja proveniente da resistência camponesa materializada nos assentamentos de reforma agrária presentes no município, perante o avanço das grandes propriedades voltadas ao agronegócio.

## Conclusões

O município de Pirambu é denotado por questões e conflitos sociais que perpassam diversos âmbitos das análises geográficas. Drenado por três bacias hidrográficas, espera-se que as relações dos seus habitantes com as águas aconteçam de maneira facilitada, já que a abundância desse elemento na localidade deveria oferecer segurança hídrica para a população. Porém, após a aplicação da metodologia de Torres (2007) para a identificação de hidroterritórios, percebeu-se que a riqueza hídrica do município não anula a existência, manutenção e transformação das territorializações da água para diversos fins por parte daqueles com maior poder aquisitivo, político e/ou de influência.

As contradições existentes nas relações com a água permitem a percepção, a luz da Geografia, de que o avanço de práticas do setor primário voltadas ao agronegócio suprime as atividades camponesas durante a sua coexistência, pois, além da água, a concentração das terras também é um fator agravado por esse ramo econômico e responsável pela acentuação das disparidades sociais no local.

A análise dos hidroterritórios privados concedeu a visualização da marcante presença dos cultivos provenientes da lógica do agronegócio no município, e o quanto essa territorialização hídrica produz rebatimentos em questões sociais e nos ecossistemas, pois, além de territorializações hídricas voltadas à agricultura, também se faz presente a hidroterritorialização voltada ao turismo, atividade do setor terciário de impacto relevante na economia do município. Os hidroterritórios de luta permitiram a análise da resistência camponesa perante o avanço do capital através de assentamentos de reforma agrária, que resistem mesmo diante da omissão estatal, pois buscam a dignidade do ser camponês e o resgate do pertencimento cultural a terra, este que foi depredado pela lógica capitalista. Entretanto, os hidroterritórios livres encontrados no município possibilitaram a contemplação da negação dos habitantes desses territórios a mercantilização da água, pois entendem a sua importância para todas as atividades, naturais ou sociais, e, dessa forma, convivem em meios comunitários onde não há a posse da água, perpetuando assim a sua socialização.

Diante de tanto, percebe-se a carência de ação dos órgãos públicos administrativos em prol da universalização do acesso a água, de maneira que as questões de desigualdades tenham as suas arestas aplainadas, e a forma mais apropriada para isso é ouvir as comunidades e, dessa forma, desenvolver políticas públicas que atendam às necessidades dos habitantes, assim como efetivar e intensificar a fiscalização pautada nas leis ambientais com o propósito de seguir a legislação e assim evitar os conflitos e problemas consequentes de apropriações e impactos socioambientais.

## Referências bibliográficas

BRITO, Anderson Camargo Rodrigues. **Pensar o espaço geográfico a partir das águas**. In: GONÇALVES, Claudio Ubiratan (org). *Ensaio de Geografia Agrária: Materialidades e expressões dos conflitos territoriais*. 1º edição. Aracaju: ArtNer Comunicação, 2021.

LORENZ, M. O. Methods of Measuring the Concentration of Wealth. **American Statistical Association**, v. 9, n. 70 (jun., 1905), p. 209-219, 1905. Disponível em: <https://amstat.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15225437.1905.10503443?journalCode=uasa18#.YDAp1-hKjcc>. Acesso em: 19 de jan. 2021.

OBSERVATÓRIO DE SERGIPE. **Perfil da agricultura sergipana**. Governo do estado de Sergipe. 2018. Disponível em: <<http://docs.observatorio.se.gov.br/wl/?id=kwfBnJVICnThdpeKWx8xD1m89Mm9tnzq>>. Acesso em: 20 de jan. 2021.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. 29ª edição. São Paulo: Editoria Ática, 1993.

RIBEIRO, Wagner Costa. **Geografia Política da Água**. 1ª edição. São Paulo: Editora Annablume, 2008.

SIDRA. Sistema IBGE de Recuperação Automática. 2006. **Censo Agropecuário**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2006>. Acesso em: 19 de jan. 2021.

TORRES, Avani Terezinha Gonçalves. **Hidroterritórios (Novos Territórios da Água): Os Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos e Seus Impactos nos Arranjos Territoriais**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós Graduação em Geografia – Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2007.